

T. E. Lawrence: Ações Indiretas e o Emprego de Forças Especiais

Tenente-Coronel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

EM ABRIL DE 2003, o 3º Grupo de Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos enviou o destacamento operacional nº 316 para a Província afegã de Konar — uma área tribal localizada junto à volátil fronteira com o Paquistão. O pequeno grupo, inicialmente composto por apenas seis homens, tinha a tarefa de capturar e eliminar membros da insurgência talibã. Seu trabalho exigiu a aproximação e o estabelecimento de relações amistosas com os moradores de uma pequena vila chamada Mangwel. Nos meses que se seguiram, aqueles poucos soldados dedicaram-se à missão precípua das forças especiais, cooptando o apoio da população local em proveito de suas ações¹.

Convencido de que mesmo uma equipe muito pequena poderia “fazer milagres”, desde que seus subordinados fossem capazes de interpretar e compreender as idiosincrasias do complexo ambiente tribal afegão, o Major Jim Gant, comandante do destacamento, buscou integrar progressivamente sua fração na vida e nos costumes dos habitantes locais. Os norte-americanos deixaram crescer a barba, incorporaram indumentárias da etnia pashtun em seus uniformes, procuraram aprender o dialeto de uso corrente, saber mais sobre a cultura nativa e o islã, cultivando a empatia e interagindo com a população em um nível bem pessoal.

Gant concluiu que, a despeito de todo o poderio militar dos Estados Unidos, sua relação com os

habitantes locais não poderia ser simplesmente imposta pela força. Ao contrário, demandava um autêntico e metódico processo de persuasão. Por esse motivo, assegurou que seus homens se mantivessem engajados na conquista do *terreno humano*. Entre um combate e outro, o destacamento frequentou a escola do vilarejo, brincou com as crianças, construiu um poço e experimentou boas conversas sentado com os anciãos até tarde da noite. Cômico de que as belicosas tribos afegãs jamais se submeteram a um poder estrangeiro, Gant procurou exercer aquilo que denominou “influência sem autoridade”, definindo as principais tarefas em relação aos líderes locais segundo os verbos:

- ouvir;
- entender;
- aprender;
- influenciar.

Com o passar do tempo, em Mangwel, os integrantes do Destacamento 316 compreenderam que “a mais confiável e duradoura influência acontece ao agirmos como parceiros, não como culturas alienígenas superiores, distantes e estranhas”². Por fim, os habitantes locais não só passaram a rejeitar a influência talibã, como também se dispuseram a pegar em armas contra os insurgentes.

O episódio, na Província de Konar, oferece um exemplo bastante elucidativo acerca do

O Tenente-Coronel Alessandro Visacro é oficial da Arma de Infantaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Possui os cursos de aperfeiçoamento de oficiais, básico paraquedista, mestre de salto, ações de comandos, forças especiais e comando e estado-maior. Serviu no 29º BIB (Santa Maria - RS), no 26º BI Pqdt (Vila Militar - RJ) e no 1º BFEsp. Neste último, foi instrutor dos cursos de ações de

comandos e forças especiais. Foi, também, comandante de DOFEsp, oficial de operações e comandante da 3ª Cia FEsp (Manaus - AM). Em 2010, publicou pela Editora Contexto (São Paulo) o livro *Lawrence da Arábia*, no qual se baseou para escrever o presente artigo. Atualmente, o TC Visacro exerce as funções de oficial de estado-maior no Comando da Brigada de Operações Especiais (Goiânia - GO).



Exército britânico

Thomas Edward Lawrence, vestindo a farda do Exército britânico, 1915.

emprego de forças especiais em ações indiretas. Conceitualmente, as ações indiretas compreendem o conjunto de atividades desenvolvido por forças de operações especiais, destinado a estruturar, ampliar, prover e dirigir o apoio local, a fim de contribuir com a consecução de objetivos políticos ou estratégicos de mais longo prazo. No campo militar, as ações indiretas orientam-se, basicamente, para as operações de guerra irregular, por meio da organização, expansão e emprego em combate de forças irregulares nativas. Embora este conceito possua antecedentes históricos bastante remotos, ele ainda se mantém adequado ao ambiente de conflito do século XXI, como demonstrou o Destacamento 316 no complexo teatro de operações do Afeganistão.

De fato, no decurso dos últimos cem anos, todo o empirismo que, desde a antiguidade, caracterizou o emprego de forças irregulares nativas vem sendo substituído por uma sólida doutrina, cujos bons resultados respaldam sua eficácia. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os Aliados criaram a Executiva de Operações Especiais (*Special Operations Executive — SOE*) e o Escritório de Serviços Estratégicos (*Office of*

Strategic Services — OSS), com o intuito de patrocinar movimentos de resistência locais e fomentar a guerra de *partisans*, tanto na Europa quanto no Pacífico³. No sudeste asiático, os “boinas verdes” obtiveram notoriedade treinando e combatendo ao lado de tribos de montanheses vietnamitas. Recentemente, as campanhas desencadeadas por Washington em nome da Guerra Global Contra o Terror privilegiaram o apoio a forças locais, com destaque, inicialmente, para a Aliança do Norte, no Afeganistão, e a milícia Peshmerga curda, no norte do Iraque.

Contudo, a ideia básica de que “assessores militares competentes, capazes de estabelecer e desenvolver laços de confiança com a população local, a despeito das barreiras culturais, podem organizar, equipar, instruir e dirigir forças irregulares nativas, apoiando ou evitando uma confrontação militar formal, com repercussões nos níveis político e estratégico do conflito”⁴ tem sido reputada a Thomas Edward Lawrence, oficial britânico que, durante a Primeira Grande Guerra, lutou junto às tribos nômades da península arábica.

T. E. Lawrence é considerado um dos formuladores da moderna concepção de guerra de guerrilhas. Tanto sua experiência prática, vivida em suas extenuantes jornadas pelo deserto, quanto sua abordagem teórica da insurreição fizeram dele um dos mais notáveis precursores da doutrina aplicada às unidades de forças especiais. Embora, à época, os mais dogmáticos tenham considerado suas ideias extravagantes e seus métodos (pouco ortodoxos) uma espécie de distorção da “verdadeira guerra”, nos dias de hoje, tornou-se impensável a existência de um conflito armado que prescindia totalmente de ações não convencionais⁵.

Assim sendo, este breve artigo pretende destacar aspectos relevantes do pensamento de T. E. Lawrence que são passíveis de aplicação em ambientes operacionais cujo apoio da população nativa seja percebido como um fator crítico do sucesso. Com isso, esperamos não somente enfatizar aspectos essenciais da doutrina de emprego de forças especiais, como também chamar a atenção de comandantes, em todos os níveis, e planejadores

de estado-maior para as possíveis contribuições que as ações indiretas podem oferecer nos mais variados espectros de conflito.

“Lawrence da Arábia”

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, o extinto Império Turco-Otomano abarcava boa parte do Oriente Médio. Na África, o grande vale do rio Nilo, abrangendo os territórios do Egito e do Sudão, pertencia à coroa britânica. Separados apenas pela península desértica do Sinai e o Mar Vermelho, os dois impérios, em breve, lutariam entre si, pois o governo otomano, por meio de um acordo secreto, aliara-se às Potências Centrais europeias (Alemanha e Áustria-Hungria).

Todavia, o Oriente Médio permaneceu como um teatro de operações secundário. A frente compreendida entre as cidades de Gaza e Beer-Sheva apresentava uma atividade relativamente modesta para os padrões de sua época. Durante os dois primeiros anos do conflito, os turcos mantiveram certa vantagem sobre seus inimigos. Entretanto, em junho de 1916, o xarife da cidade sagrada de Meca e patriarca da tribo hachemita, Hussein ibn Ali, iniciou uma revolta de cunho nacionalista com o propósito de dar fim a séculos de dominação otomana. Os ingleses, prontamente, reconheceram no movimento sedicioso árabe a chance para enfraquecer a posição turca, explorando, com habilidade, a insurreição em benefício próprio. Inicialmente, a garantia formal de ajuda do governo britânico limitou-se ao fornecimento de assessores militares, armamento leve e apoio de fogo naval e à libertação de prisioneiros de guerra que se predispusessem a lutar sob as ordens do velho Hussein. Contudo, após as conquistas dos portos de Wejh e Akaba na costa do mar Vermelho, o patrocínio inglês foi ampliado, incluindo carros blindados, artilharia de campanha, milhares de camelos, libras esterlinas, unidades militares e suprimentos diversos. Com o desenrolar do conflito, as forças árabes rebeldes ladearam as tropas aliadas na conquista da Palestina e da Síria.

T. E. Lawrence não foi o primeiro nem o único militar designado para servir juntos às forças árabes rebeldes. Também não foi o oficial de mais alta patente a assessorar os líderes da sublevação.



Lowell Thomas

Tenente-Coronel Thomas Edward Lawrence

Quando desembarcou pela primeira vez na península arábica, em outubro de 1916, no porto de Jeddah, próximo a Meca, Lawrence sequer ocupava posição de destaque na pequena comitiva do secretário de assuntos orientais da Agência Britânica no Egito, Ronald Storrs. Sua primeira participação em um combate só aconteceu sete meses depois do início da revolta. Ainda assim, o jovem oficial iria se tornar o mais destacado e influente assessor militar por trás dos chefes árabes, sobretudo o príncipe Faissal, terceiro filho de Hussein e verdadeiro líder da vitória rebelde.

No começo, a insurreição era pouco inspiradora. O tênue sentimento nacionalista árabe não parecia ser suficientemente forte para aglutinar tribos nômades do deserto, pois muitas delas nutriam entre si uma longa tradição de rivalidade. Os poucos suprimentos disponíveis, incluindo fuzis, não eram o bastante para atender à demanda dos revoltosos. Metralhadoras e canhões simplesmente não existiam. Todavia, Lawrence, ao contrário dos

mais céticos, acreditava que valia a pena apostar no nacionalismo árabe como uma forma de ajudar a Inglaterra a vencer a guerra. Embora tenha utilizado com sucesso as técnicas de pilhagem dos beduínos aos seus propósitos militares, ele não se ateve às meras contribuições táticas que a Revolta Árabe poderia oferecer ao esforço de guerra britânico. Ao contrário, foi sua ousada percepção do valor político e estratégico do movimento liderado por Hussein que o distinguiu dos demais.

Com seu conhecimento de história e suas andanças pela Terra Santa, formulou a crença de que a melhor maneira de derrotar a Turquia não era irrompendo as fronteiras do Império Otomano com poderosas ofensivas militares, e sim fomentando as dissensões internas. Preconizava que os esforços despendidos pelas potências europeias para se estabelecerem no Oriente Médio haviam sido sempre desastrosos e alertava para os riscos de se tentar marchar como conquistador sobre o solo sagrado do Islã. Advogava que primeiro era necessário apoiar as iniciativas árabes por soberania e autodeterminação, para depois avançar como “libertador”. Acreditava que, agindo dessa forma, o sucesso seria natural e inevitável. Com isso, esperava que uma grande nação árabe se erguesse das ruínas do Império Otomano, dando “um rumo construtivo” à campanha aliada no Oriente Médio.

Alcançando vitórias militares importantes com uma guerrilha até então desacreditada, ele pôde convencer os generais ingleses no Egito a atribuírem à Revolta Árabe um papel de destaque no contexto da campanha aliada no Oriente Médio.

Encerradas as hostilidades, Lawrence ofereceu sua última contribuição à causa árabe servindo no Colonial Office, onde assessorou o então ministro das colônias, Winston Churchill, nas negociações que culminaram, em 1921, com a Conferência de Paz do Cairo. Infelizmente, estadistas e diplomatas permitiram que a política do pós-guerra fosse regida pela avidez imperialista. De fato, a redefinição do mapa político do Oriente Médio, que se seguiu à derrocada do Império Turco-Otomano, atendeu, primordialmente, aos interesses imediatos dos governos de Paris e Londres, em detrimento das legítimas aspirações dos povos “libertados”. A criação

de Estados nacionais árabes e o surgimento de novas possessões franco-britânicas tiveram reflexos que, mesmo nos dias atuais, ainda podem ser claramente percebidos, sobretudo, em face da instabilidade política e da violência sectária que perduram na região.

Rudimentos Doutrinários

Em uma época em que os militares, graças a uma interpretação excessivamente rígida da obra de Clausewitz, se tornaram obcecados pela ideia de derramamento de sangue, T. E. Lawrence compreendeu o valor vital do apoio da população. Contrariando o ímpeto destrutivo dos generais, concluiu que a dimensão psicológica da luta tinha mais importância que sua dimensão física, ao afirmar:

Uma Província seria conquistada quando ensinássemos aos civis que nela habitavam a morrer por nosso ideal de liberdade. A presença do inimigo era secundária.

[...] A luta em si não passava de uma ilusão.

[...] Nossos reinos estavam na mente de cada homem.⁶

Lawrence identificou no proselitismo ideológico uma arma e admitiu a utilidade dos modernos meios de comunicação de massa:

Nossa “propaganda” [...] era mais sutil do que a tática e valia mais a pena ser feita, porque lidava com o incontrolável, com coisas que escapavam à ordem direta [...] Devíamos também arrumar as mentes do inimigo, na medida em que pudéssemos alcançá-las. Havia também as outras mentes que nos apoiavam por trás da linha de combate, já que mais da metade da batalha se travava na retaguarda. E não podíamos esquecer as mentes da nação inimiga [...] assim como os neutros que nos observavam.

[...] A imprensa e todos os meios de comunicação recentemente descobertos favoreciam ao intelecto acima do físico.⁷

Concomitantemente, Lawrence concluiu que a obsessão pelas cruentas batalhas de atrito representava um paradigma que precisava ser superado:

As batalhas na Arábia eram um equívoco [...] nossa melhor ação era não defender nada, não atirar em nada. Nossos trunfos eram a velocidade e o tempo, não a capacidade de agressão.

[...] Parecia que um soldado regular podia tornar-se impotente sem um alvo, subjugando apenas aquilo para que podia apontar seu fuzil, sob ordens [...] Mas suponhamos que fôssemos (como podíamos ser) uma influência, uma ideia, uma coisa intangível, invulnerável, sem vanguarda nem retaguarda, pairando por toda parte como um gás?⁸

Em síntese, o oficial britânico reconheceu, muito à frente de seu tempo, a essência daquilo que viria a se chamar operações de informações, pois para ele as ações não cinéticas não se prestavam apenas para apoiar as ações de efeito cinético. Na verdade, elas representavam um fim em si mesmas. Ou melhor, as ações táticas ditas de efeito cinético só teriam utilidade na medida em que fossem orientadas para a consecução de uma meta psicológica que pudesse ser amplamente explorada e potencializada pela propaganda nos níveis político e estratégico. Caso contrário, eram desnecessárias e, portanto, não valia a pena levá-las adiante — um conceito pouco ortodoxo, bastante adequado ao dinâmico e complexo ambiente informacional do século XXI.

Ao afirmar que “a rebelião não era como a guerra; na verdade, estava mais para a natureza da paz”⁹, reconheceu que a guerra irregular possuía uma dinâmica própria. Em uma insurgência, ao contrário das tradicionais formas de beligerância, os esforços no campo militar eram menos importantes do que as ações empreendidas nos campos político, psicossocial e econômico.

Para ele, os grandes combates deveriam dar lugar às pequenas incursões do tipo “comandos”. Capazes de superar grandes distâncias no deserto hostil com o mínimo de água e provisões, os guerreiros tribais árabes — essencialmente nômades beduínos — realizavam ações calcadas na rapidez, surpresa, ataque a pontos fracos e independência de artérias de suprimento. Eles atacavam alvos longínquos

na retaguarda turca, demolindo pontes, pilhando estações ferroviárias, destruindo trilhos, descarilando composições, dinamitando aquedutos, inquietando desafortunadas guarnições inimigas, derrubando postes e cortando cabos telegráficos. Entretanto, jamais ofereciam uma batalha decisiva, na qual pudessem ser derrotados por uma força convencional dotada de poderio bélico superior. Em pouco tempo, os turcos já empenhavam mais recursos na defesa de sua vulnerável retaguarda, contra as incursões dos guerrilheiros que emergiam da aridez do deserto, do que na própria linha de frente contra o exército britânico.

Nossos trunfos eram a velocidade e o tempo, não a capacidade de agressão.

Embora a propaganda ocidental, sobretudo a indústria cinematográfica (de Lowell Thomas a David Lean)¹⁰, tenha consagrado, no imaginário popular, a representação mítica do “rei sem coroa da Arábia” montado sobre o dorso de um camelo, Lawrence, a partir de janeiro de 1918, adotou uma nova e fascinante arma de guerra: as viaturas blindadas sobre rodas. Eram veículos das marcas Rolls Royce, Talbot e Ford, com proteção blindada, equipados com metralhadoras Vickers Maxim calibre .30.

Essas máquinas já vinham sendo fornecidas pelos ingleses há algum tempo. Mas foi apenas no último ano da guerra que Lawrence passou a fazer bom uso delas, adaptando seu emprego para as incursões guerrilheiras. Os carros se mostraram bastante adequados às missões de reconhecimento e ataque. Além de maior velocidade e poder de fogo, ofereciam grande autonomia, capacidade de carga e conforto. Embora não existissem estradas apropriadas no norte da península arábica, o terreno árido do deserto era permeável aos robustos veículos que, nos declives mais acentuados, podiam atingir 120 km/h. O primeiro *raid* motorizado foi dirigido contra a estação ferroviária de Mudauwara — uma rápida experiência que serviu apenas para inquietar a guarnição turca. Depois disso, apesar

de não abrir mão dos velhos camelos, Lawrence passou a fazer uso cada vez mais intenso das viaturas. Algumas ações combinaram, de modo bastante original, carros blindados, guerrilheiros beduínos e ataques aéreos.

Em termos táticos, o uso de forças irregulares locais para complementar, ampliar e apoiar a campanha dos exércitos aliados no Oriente Médio, assim como a criativa combinação de formas primitivas de beligerância com modernas tecnologias advindas da era industrial, caracterizava um modelo de combate híbrido. Ao mesmo tempo, Lawrence advogava o valor das estratégias assimétricas, pois reconheceu que um exército regular, por mais poderoso que fosse, era demasiado lento e burocratizado para fazer frente à difusa ameaça guerrilheira. Quanto maior seu poderio bélico convencional, maior seu aparato logístico administrativo e, por conseguinte, mais pesado e vulnerável ele se tornava. Em uma insurgência, a assimetria de poder tornava-se uma vantagem nas mãos dos mais fracos.¹¹

Por fim, há que se destacar um aspecto essencial dentre os procedimentos preconizados pelo oficial britânico: o correto uso das lideranças locais. Como ele mesmo afirmou: “sempre tivéramos por princípio só dar ordens aos árabes através de seus próprios chefes”¹². Dessa assertiva decorre um modo de atuação consagrado, qual seja: os integrantes dos destacamentos operacionais de forças especiais empenham-se na cooptação de líderes nativos, a fim de influenciar e orientar suas decisões de acordo com os objetivos da campanha militar em curso. Todavia, jamais devem procurar fazê-lo diretamente. Ou seja, os membros das forças especiais não comandam ou orientam as forças locais, senão por intermédio de seus líderes naturais. Para tanto, há que identificá-los, reforçando-lhes o prestígio e a autoridade, ao mesmo tempo que, discretamente e sem causar dissensões, alienam das decisões importantes as pessoas que, de alguma forma, se opõem aos objetivos, aos métodos ou à presença da tropa.

Os Seis Princípios das Relações Interculturais

Entre os anos de 1909 e 1914, T. E. Lawrence percorreu o Oriente Médio como estudante de

história da Universidade de Oxford e bolsista do Magdalen College. Como ajudante contratado do Ashmolean Museum, participou de escavações no sítio arqueológico de Carchemish, na Síria, onde o intenso convívio com os trabalhadores locais proporcionou-lhe uma visão bem peculiar do mundo árabe muçulmano. Despindo-se do universalismo e da prepotência característicos de sua cultura, mostrou-se inclinado a aprender mais com os próprios empregados nativos. Abdicando da usual atitude etnocêntrica, revelou a rara faculdade entre os ocidentais para empenhar-se na compreensão da realidade segundo perspectivas autóctones.

Em Carchemish, Lawrence se familiarizou com a maneira de agir e pensar da população local. Com extraordinária habilidade organizou e conduziu os operários envolvidos nas escavações, demonstrando sensibilidade, compreensão e tato — virtudes que ele parecia possuir, sobretudo, com relação aos povos árabes. Participava de suas brincadeiras, resolvia seus litígios, ouvia suas conversas e percebia seus anseios, transpondo as barreiras étnicas e aventurando-se em um ambiente cultural que não era o seu¹³. Como ele mesmo admitiu:

Passei muitos anos antes da guerra percorrendo o Oriente semita, aprendendo os costumes dos aldeões, das tribos nômades, dos cidadãos da Síria e da Mesopotâmia. Minha pobreza forçou-me a conviver com as classes mais humildes, aquelas que raramente são conhecidas dos viajantes europeus. Assim, minha experiência proporcionou-me um ponto de vista excepcional, o que me permitiu compreender e pensar em termos dos ignorantes, não apenas dos mais esclarecidos e instruídos. Colhi opiniões importantes, não tanto para o momento atual, mas para o amanhã.¹⁴

Autor do memorável “Os Sete Pilares da Sabedoria”, obra na qual narrou sua participação no movimento sedicioso hachemita, Lawrence também publicou, em agosto de 1917, o texto intitulado “Vinte e Sete Artigos” no Boletim Árabe, um informativo de circulação restrita ao quartel-general no Cairo. Seu teor reunia um conjunto de instruções destinado aos oficiais

britânicos que serviriam como assessores militares junto aos rebeldes. O texto apresentava uma série de sugestões pessoais relativas ao trato com os povos nômades do deserto. Algumas ideias revelavam sua sensibilidade cultural — com justiça, Lawrence é considerado precursor daquilo que atualmente é denominado inteligência etnográfica.

Algumas ideias revelavam sua sensibilidade cultural — com justiça, Lawrence é considerado precursor daquilo que atualmente é denominado inteligência etnográfica.

Ao analisarmos sua bem-sucedida experiência junto às tribos árabes é possível identificar alguns princípios que devem reger a dinâmica das relações interculturais em qualquer ambiente operacional, sobretudo, durante o emprego de forças especiais em ações indiretas. Tais princípios podem (e devem) ser aplicados a qualquer contingente populacional cujo apoio é reconhecido como imprescindível para o êxito das operações militares, a saber:

INTERESSE – os integrantes das forças especiais devem demonstrar um autêntico e profundo interesse pelas manifestações culturais da população local. Seus ritos, crenças, história oral, artes, tradições, hábitos alimentares, estrutura social, relações de poder, padrões éticos, normas e costumes devem se tornar objeto da atenção permanente das equipes engajadas na “conquista do terreno humano”.

OBSERVAÇÃO – os integrantes das forças especiais devem desenvolver uma prática de aprendizado contínuo, fundamentada na observação incessante do ambiente cultural onde se encontram imersos.

HUMILDADE – os integrantes das forças especiais, abandonando qualquer resíduo etnocêntrico, devem se mostrar sempre dispostos a aprender mais com a população nativa, sobretudo, com os menos favorecidos, pois são essas pessoas que, normalmente, melhor representam sua própria cultura. Ouvir, bem mais do que falar, é a chave para transpor as barreiras culturais.

DEDICAÇÃO – uma relação de confiança mútua envolvendo os integrantes das forças especiais e a população local não pode ser imposta. Ela exige empenho, perseverança e demanda tempo. Deve fundamentar-se em ações, não apenas em palavras. Panfletos e cartazes podem ajudar, mas são as ações que realmente contam.

EMPATIA – os integrantes de um destacamento de forças especiais devem buscar, com o tempo, compartilhar um sentimento de identificação recíproca com os habitantes locais. Para tanto, devem procurar interpretar o ambiente e compreender a realidade segundo as perspectivas nativas.

COMPROMISSO – os integrantes das forças especiais devem compreender os verdadeiros anseios da comunidade anfitriã e tornar explícito, por meio de seus atos e decisões, seu sincero comprometimento com as aspirações dos habitantes locais.

Valendo-se da inteligência etnográfica, do prévio adestramento cultural orientado por especialistas e observando atentamente os seis princípios acima descritos, os soldados das forças especiais estarão aptos a superar os obstáculos étnicos e culturais, sem o que jamais cumprirão a tarefa vital de cooptar o apoio da população.

Conclusão

Unidades de forças especiais têm sido requeridas nos mais diversificados cenários, combatendo ameaças provenientes de atores estatais e não estatais. Na verdade, os conflitos em curso ao redor do planeta evidenciam, cada vez mais, a necessidade de integrar habilmente operações convencionais e especiais, a fim de assegurar o êxito da campanha militar e, sobretudo, a consecução de objetivos políticos de mais longo prazo.

Portanto, o conhecimento da doutrina básica de emprego dessas tropas deixou de ser uma prerrogativa exclusiva de seus membros. Assim sendo, o presente artigo buscou destacar aspectos relevantes do pensamento de T. E. Lawrence capazes de subsidiar uma melhor compreensão acerca do emprego de forças especiais em ações indiretas.

Muitos soldados do século XXI têm recorrido às páginas de “Os Sete Pilares da Sabedoria” com

o intuito de compreender melhor os conflitos da era da informação. Os “Vinte e Sete Artigos” têm sido frequentemente citados nos círculos especializados. Afinal, a ocorrência de grandes batalhas genocidas típicas da Primeira Guerra Mundial, como Verdun, Somme e Flandres, tem se tornado cada vez mais improvável. Contudo, a luta contra rebeldes, terroristas, insurretos e guerrilheiros é parte inegável dos nossos dias.

É possível que as ideias de T. E. Lawrence acerca da insurgência constituam seu principal legado. À semelhança dos eventos que marcaram a Revolta Árabe, torna-se cada vez mais comum o uso de pequenos grupos de soldados atuando em conjunto com guerrilheiros nativos, cumprindo missões especiais com elevado grau de risco e importância estratégica.

Lawrence, com sua participação na Revolta Árabe, demonstrou como o uso de irregulares nativos pode complementar, apoiar e ampliar uma confrontação militar formal. O emprego de carros blindados e aeroplanos em incursões de beduínos constituiu um bom exemplo de como a moderna tecnologia pode ser eficazmente combinada com

métodos primitivos de beligerância. Sua aguçada percepção do ambiente de conflito revelou que até mesmo os menores escalões não podem ser exclusivamente absorvidos por meras considerações táticas, perdendo, assim, o foco de aspectos políticos e estratégicos mais amplos. Lawrence provou que, no combate, o efeito psicológico e o valor da propaganda devem ser mais importantes que a destruição e o número de corpos deixados para trás no campo de batalha.

Entretanto, a grande lição extraída da participação de T. E. Lawrence na Revolta Árabe e da própria campanha aliada no Oriente Médio diz respeito ao uso da guerra como um instrumento político. A vitória militar torna-se desprovida de sentido, quando não lança as bases de uma paz justa e duradoura. A diplomacia falha, quando não permite que as necessidades e aspirações da população local se sobreponham a interesses políticos e econômicos imediatos. O Estado é derrotado, quando não se mostra capaz de construir um ambiente próspero e estável, acreditando apenas no poder destrutivo de seus exércitos. Essas ideias se mostram tão adequadas aos dias de hoje quanto há um século. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Todas as informações relativas à atuação do SF ODA 316, na Província de Konar, foram extraídas de GANT, Jim. *One Tribe at a Time: a Strategy for Success in Afghanistan*, 2ª edição - dezembro de 2009. Disponível em blog.stevenpressfield.com.

2. GANT, Jim. *Ibid.*, p. 35.

3. VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História*, Contexto, São Paulo, pp. 56 a 58.

4. VISACRO, Alessandro. *Lawrence da Arábia*, Contexto, São Paulo, p. 21.

5. O combate não convencional compreende um amplo espectro de operações de combate, em geral de longa duração e baixa visibilidade, conduzidas predominantemente por grupos irregulares nativos, organizações paramilitares ou forças de outra natureza que são organizadas, treinadas, equipadas, apoiadas e dirigidas, em diferentes níveis, por uma fonte de origem externa. Inclui, mas não se restringe às operações de guerra irregular.

6. LAWRENCE, Thomas Edward. *Os Sete Pilares da Sabedoria*, Tradução: A. B. Pinheiro de Lemos. São Paulo, Círculo do Livro, 1986, s.d., pp. 190, 168 e 185.

7. LAWRENCE, Thomas Edward. *Ibid.*, p. 188.

8. LAWRENCE, Thomas Edward. *Ibid.*, pp. 189 e 185.

9. LAWRENCE, Thomas Edward. *Ibid.*, p. 140.

10. O jornalista norte-americano Lowell Thomas lançou, em fins de

1919, um documentário sensacionalista narrando a participação de T. E. Lawrence na Revolta Árabe. Exibido nas salas de cinema de Nova York e Londres, seu trabalho (*O Rei Sem Coroa da Arábia*) transformou-se em um estrondoso sucesso de público, dando forma, no imaginário popular, à representação caricata do jovem aventureiro que, longe dos horrores da frente ocidental, reuniu tribos nômades do deserto, tradicionalmente hostis, em uma exitosa força de guerrilha. Em 1962, a superprodução *Lawrence da Arábia*, dirigida por David Lean, venceu 7 Oscars e 18 outros prêmios, incluindo quatro Globos de Ouro.

11. Para compreender os conceitos de “estratégias assimétricas” e “combate híbrido” vide BREEN, Michael e Geltzer, Joshua A., “Estratégias Assimétricas como a Opção dos Mais Fortes”, *Military Review*, janeiro - fevereiro 2012, Ed. Brasileira, pp. 51 a 62. Segundo os autores, “as estratégias assimétricas transformam em vulnerabilidade aquilo que se percebe como um ponto forte do oponente — em geral, transformando a própria vulnerabilidade em uma vantagem”. Já o combate híbrido representa “uma nascente mistura de táticas, técnicas e tecnologias que combina algumas importantes vantagens assimétricas da insurgência com abordagens mais convencionais para manter e controlar um território”. Ou seja, uma criativa e eficaz combinação de guerra irregular e regular.

12. LAWRENCE, Thomas Edward. *Ibid.*, p. 569.

13. ORGILL, Douglas, *Lawrence*, Rio de Janeiro, Rennes, 1978, p. 15.

14. LAWRENCE, Thomas Edward. *Ibid.*, p. 49.